

Relatório LACIGF 13

Título da sessão: Inclusão Digital: modelos para uma Internet inclusiva

Elaborado por: Aline Laranjeira (Universidade Federal da Bahia, Brasil, Ana Carolina Dias (Universidade Federal do Piauí, Brasil) Barbara Yandra (Bot Jurídico, Brasil), Letícia Catellan (Universidade Católica Dom Bosco, Brasil) Sidney Outeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Revisado por: Juliana Novaes (Youth Observatory, Brasil)

Resumo da sessão:

A abertura do LACIGF 2020 começou às 11h06 UTC-3 com a apresentação da mestre de cerimônia do evento, Claudia Cely, que destacou o LACIGF como um espaço para a comunidade civil discutir os rumos da governança da Internet, apoiado por instituições como ICANN, Google e LACNIC. Após seguir os protocolos iniciais, Cely apresentou **Virginia Pardo**, membro da AGESIC (Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação e do Conhecimento, Uruguai) e representante do Comitê de Programa do LACIGF.

Em seu discurso, Pardo mencionou que, dentre os temas deste ano, estão a inclusão digital e impactos nos direitos humanos, além das mudanças que se sucederam devido à pandemia da Covid-19 e como elas afetarão os setores diversos da sociedade. No que concerne ao evento online, explicou que, excepcionalmente, o formato do evento foi alterado em razão da crise sanitária pela qual o mundo atravessa. Ela também reforçou que, apesar de ser o primeiro fórum de governança da Internet latino-americano realizado online, este é um momento de construir a cidadania digital, requerendo a cooperação entre todos, ainda que à distância.

Após o término da cerimônia, Claudia Cely apresenta **Paola Galvez** (Youth Observatory, Peru). Galvez comentou sobre o Relatório do Youth LACIGF, evento ocorrido nos dias cinco e seis de setembro de 2020. Online, as atividades ocorreram de forma simultânea em quatro línguas diferentes, possibilitando uma maior inclusão de participantes de diferentes regiões da América Latina. Paola Galvez afirmou que o Youth LACIGF foi desenvolvido, este ano, como um “curso aberto”, cujo princípio esteve atrelado a uma conectividade integrada. Ela enxerga o evento como exitoso ao discutir temas relevantes e atuais para o mundo da Internet, a exemplo da importância da liberdade de expressão e boas práticas para uso de dados sensíveis e suas aplicações.

Em seguida, Cely abriu o primeiro painel do evento: Inclusão Digital - Modelos para uma internet inclusiva, dividido em dois segmentos, com nove painelistas e uma moderadora.

A moderadora da sessão, Valeria Betancourt, apresentou a primeira painelistas e a questionou sobre avanços importantes construídos nos últimos doze meses, assim como desafios que ainda persistem na atual situação emergencial. A painelistas, **Laura Kaplan** (LACNIC RIR), dissertou sobre o desafio do acesso a uma Internet de qualidade, aberta,

segura e resiliente. Para ela, é importante citar que o apoio para a implementação do IPv6, os esforços relacionados à resiliência do DNS e instalação de servidores raiz, o melhoramento da segurança de roteamento, e o avanço da capacitação online ajudaram a construir as bases de uma nova inclusão digital.

Adriana Labardini (Rhizomatica no México), a próxima painelistas, falou sobre o desafio que é ter uma Internet livre, acessível, de qualidade e neutra, começando pelo acesso, que ainda não é suficiente para a população. Para ela, se fazem necessários avanços e desafios no que toca à inclusão digital latino-americana. Além disso, foi discutido como uma regulamentação aberta, flexível e inclusiva tem permitido a criação de modelos mais eficientes, assim como a experimentação com redes comunitárias de uso livre. A importância da sustentabilidade, segundo ela, deve ser destacada e implementada em todo projeto no sentido de custos. Ao final, ressaltou que não podemos regressar em termos de direitos humanos relacionados à Internet.

Dentro desse contexto, a moderadora pediu ao próximo palestrante que apresentasse as perspectivas do setor privado para lidar com os desafios atuais no processo de inclusão digital. O representante do setor privado, **Sérgio Valdes** (AT&T, Colômbia), iniciou a sua fala expondo alguns dados estatísticos sobre o acesso à Internet na Colômbia. A partir dos números apresentados, o painelistas inferiu que ainda há um grande desafio de inclusão digital no país. Em seguida, apresentou políticas públicas nacionais que visam a alterar esse cenário, como: (i) a [Lei de Modernização](#), que pretende, dentre outros objetivos, levar mais infraestrutura para regiões afastadas; (ii) o [Plano Nacional de Desenvolvimento](#), com a destinação de recursos do orçamento nacional para inclusão digital; e (iii) iniciativas do Ministério de Tecnologia ([MinTIC](#)) no desenvolvimento de critérios de regulamentação inteligente nesse cenário. O palestrante ressaltou, ainda, que essas boas-práticas de regulação são resultantes da adoção pela Colômbia de objetivos de desenvolvimento sustentável ([ODS](#)). E ao final da apresentação, Valdes destacou desafios relacionados à complexidade da inclusão digital em seu sentido quantitativo e qualitativo. Contudo, apesar de todos os desafios, acredita que o seu país está num bom caminho.

Em ato contínuo, a moderadora retomou a apresentação e provocou o próximo palestrante com um questionamento sobre os efeitos das ações tomadas em relação à inclusão digital. Para responder a provocação, o painelistas **Allan Ruiz** (Comissão Técnica Regional de Telecomunicações - COMTELCA, Honduras) ressaltou os aspectos positivos do uso e da resiliência da rede durante a pandemia, permitindo o acesso a direitos de educação, saúde e trabalho. Desses aspectos, destacou os seus contrastes, abordando a questão da exclusão digital como fator cerceador de direitos. Como solução, apontou o acesso qualitativo da população à Internet e destacou boas políticas nesse sentido, a saber, a implementação do IPv6; o uso adequado da infraestrutura; e a promoção de projetos de capacitação. No entanto, salientou que esses projetos devem ser implementados o mais rápido possível, para que não se perca a finalidade pretendida. Como prospecção, frisa a necessidade de regulamentações e políticas mais inteligentes.

O quinto painelistas, **Sebastián Rovira** (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL) abordou a importância e a necessidade de proporcionar o acesso às

tecnologias digitais, principalmente neste período de emergência sanitária em que a conectividade na região tem sido muito precária. Em sua apresentação, expôs dados sobre as crescentes diferenças de acesso quanto à localização geográfica, faixas etárias e renda, apontando que isso pode causar um sério risco de aprofundamento das desigualdades sociais. Informou que a CEPAL traz a possibilidade de trabalhar sobre a conformação de uma [cesta básica digital](#) que inclua acesso à Internet e a um dispositivo para acessá-la; além da implementação de ambientes regulatórios para que melhor se defina a destinação desses recursos.

Logo em seguida, a moderadora deu início ao segundo segmento do painel, no qual os painelistas expuseram soluções que se verificaram nas áreas técnicas, regulatórias e de desenvolvimento de capacidades para promover a inclusão digital. **Lilian Chamorro** (Colnodo, Colômbia), primeira palestrante desse segmento, apresentou casos de redes comunitárias na Colômbia, e como a base desses processos de implementação e manutenção progridem com as comunidades. Ela ressaltou que a inclusão digital deve ser trabalhada a fim de proporcionar a conectividade contribuam de comunidades. Nessa linha, reforçou que o reconhecimento das comunidades como atores ativos no processo de inclusão incentiva as comunidades rurais a serem os agentes transformadores de suas próprias regiões, tornando-os essenciais para que a conectividade e a inclusão sejam sustentáveis com o decorrer do tempo. No município de Maní, localizado em Casanare, um grupo de pessoas de uma área rural estabeleceu a conectividade onde antes não existia cobertura de nenhum provedor, mas apenas cobertura de satélite para o acesso à Internet, cujo preço era inacessível para muitos dos habitantes. Com 11 fazendas e 1 escola conectadas, essa rede comunitária permitiu que os usuários possam se conectar a um link de fibra ótica de 120 megabytes.

Gustavo Ríos (Governo de Chihuahua, México), por sua vez, compartilhou as soluções elaboradas pelo setor público local para resolver o problema de inclusão digital. Ele expôs que a população de Chihuahua está esparsa pela Serra, o que torna difícil o interesse de qualquer operador comercial devido à complexidade de implementar uma infraestrutura rentável e sustentável na região. Diante disso, o governo do estado resolveu instituir uma estratégia denominada “[Plano Convergente de Conectividade](#)”, com vistas a ampliar e modernizar a infraestrutura de telecomunicações para configurar uma cobertura mais acessível e fazer com que os serviços cheguem às diferentes regiões. Essa iniciativa modernizou as tecnologias existentes e habilitou novas infraestruturas em regiões onde não havia presença digital, evitando a necessidade de construir tudo do zero. Para que isso fosse possível, o governo colocou em andamento políticas públicas, estratégias e planos voltados para conectar a população, fazendo um trabalho coordenado com unidades e organizações que trabalham em diferentes âmbitos.

Miguel Estrada (LACTLD) apresentou alguns modelos para uma Internet mais inclusiva, divulgando o que tem sido feito na camada lógica da Internet. Ele compartilhou projetos elaborados por alguns Núcleos de Informação e Coordenação (NICs) da América Latina para tornar a presença online mais acessível e inclusiva a todos. Conforme expôs, o NIC Argentina ofereceu capacitações gratuitas online sobre o registro de domínios e assistência digital até o fim da pandemia, o NIC Brasil preparou documentos sobre desinformação, privacidade, entre outros temas para orientar diferentes públicos por meio

da iniciativa [#InternetSeguraBR](#), o NIC México disponibilizou assessorias gratuitas para empresas sobre comércio eletrônico através do [#LeAtiendoPorInternet](#); o NIC Equador ofereceu um serviço de generalização de páginas web de negócios pela iniciativa “[Meu Negócio Digital](#)”; e, por fim, o SVnet em El Salvador instituiu um programa educativo para jovens em situação de vulnerabilidade denominado “[Ticongle](#)”.

Finalmente, **Marta Suárez** (Dynamic Spectrum Alliance) comentou que não há cobertura de banda suficiente para a população mundial e que a única alternativa das pequenas ISPs para fornecer serviços é através do espectro radioelétrico não licenciado. Na maioria dos países, não há mecanismos além do espectro não licenciado para facilitar a abertura de mais empresas que possam oferecer serviços de Internet. Apesar dos grandes esforços das indústrias, a situação atual de acesso não é o suficiente. Com isso, foram propostas duas alternativas: o espectro não licenciado ou o compartilhamento de espectro. O ponto central do espectro não licenciado foi o atraso para obter-se o espectro adicional para Wi-Fi, com isso é esperado que os reguladores considerem essa necessidade a fim de adquirir melhores taxas de transmissão e uma maior estabilidade. No espectro compartilhado, um uso eficiente pode ser feito quando os usuários não o estão utilizando. Nesse sentido, há diferentes opções de bandas que oferecem uma boa cobertura, compartilhando bandas que tradicionalmente são designadas para telefonia celular em locais onde não há implantações ou com diversos tipos de usuários.

Outputs e outros links relevantes:

Lei de Modernização da Colômbia - Ley 1978 de 2019:

<<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=98210>>.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Colômbia:

<<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Resumen-PND2018-2022-final.pdf>>.

Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação (MinTIC):

<<https://www.mintic.gov.co/portal/inicio/>>.

Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS):

<<https://www.ods.gov.co/es/objetivos>>.